belecidas no despacho ministerial de 17 de Agosto último.

Paços do Governo da República, 31 de Outubro de 1928.—O Ministro do Interior, *José Vicente de Freitas*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Direcção Geral da Marinha

Direcção da Marinha Mercante

Portaria n.º 5:690

Atendendo aos bons resultados colhidos pela determinação do Conselho do Almirantado do ano de 1897, relativa à obrigação de as embarcações do tráfego local do porto de Lisboa terem marcado nas velas o seu número de policia;

Atendendo a que convém generalizar tal prática às embarcações de tráfego local e pesca registadas nas capitánias e delegações do continente da República e ilhas adjacentes:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que até a matrícula a realizar em 1929 as embarcações à vela, registadas para a pesca ou tráfego local, tenham marcado nas velas o seu número de policia precedido da inicial ou iniciais da capitania do porto ou delegação marítima e seguido da letra ou letras características do serviço que desempenham, letras que devem ser indicadas, em edital, pelos respectivos departamentos ou capitánias autónomas.

Paços do Governo da República, 1 de Novembro de 1928.—O Ministro da Marinha, *Antbal de Mesquita Guimarães*.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral de Caminhos de Ferro

Divisão de Exploração

Portaria n.º 5:691

Tendo-se levantado divergências na aplicação do disposto no artigo 10.º da tarifa de despesas acessórias quanto ao modo de taxar os estacionamento;

Atendendo a que a aplicação do mesmo artigo conforme está redigido traz prejuizo quer ao público quer às empresas, conforme a interpretação que se lhe dá;

Sendo necessário redigi-lo de modo a não se suscitarem dúvidas na sua aplicação, nem prejuizos dos interesses legítimos do público e das empresas:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Comércio e Comunicações, concordando com o

parecer do Conselho Superior de Caminhos de Ferro, que no artigo 10.º da tarifa de despesas acessórias, aprovada por portaria n.º 5:553, de 25 de Julho de 1928, a parte onde se lê: «por cada período indivisível de doze horas úteis e consecutivas» seja substituída por: «por cada período indivisível de doze horas consecutivas».

Paços do Governo da República, 31 de Outubro de 1928.—O Ministro do Comércio e Comunicações, *José Dias de Araújo Correia*.

Portaria n.º 5:692

Tendo a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses da Beira Alta proposto um projecto de aviso ao público, pelo qual se passa a aplicar o multiplicador 6 às remessas em pequena velocidade constituídas por seradura de madeira em vagões completos, e resultando de tal proposta benefício público: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Comércio e Comunicações, concordando com o parecer do Conselho Superior de Caminhos de Ferro, aprovar o referido projecto.

Paços do Governo da República, 31 de Outubro de 1928.—O Ministro do Comércio e Comunicações, *José Dias de Araújo Correia*.

Portaria n.º 5:693

Tendo a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses proposto um aditamento à tarifa especial interna n.º 2 de grande e pequena velocidade, em vigor nas linhas do Sul e Sueste, pelo qual é alterada a condição 5.ª do capítulo iv de modo a evitar abusos que se dão actualmente: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Comércio e Comunicações, concordando com o parecer do Conselho Superior de Caminhos de Ferro, aprovar o referido aditamento.

Paços do Governo da República, 31 de Outubro de 1928.—O Ministro do Comércio e Comunicações, *José Dias de Araújo Correia*.

Portaria n.º 5:694

Tendo a Companhia Nacional de Caminhos de Ferro, com o fim de dar maior desenvolvimento ao tráfego de passageiros na linha do Vale do Corgo, proposto um projecto de tarifa especial interna n.º 4, de grande velocidade, estabelecendo bilhetes de ida e volta entre diversas estações da referida linha, e reconhecendo-se que dos seus preços resulta grande vantagem para o público: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Comércio e Comunicações, concordando com o parecer do Conselho Superior de Caminhos de Ferro, aprovar a referida tarifa.

Paços do Governo da República, 31 de Outubro de 1928.—O Ministro do Comércio e Comunicações, *José Dias de Araújo Correia*.